

BOLETIM ECONÔMICO

Nº 03/2022
Fevereiro

Outra 'década perdida'

Entre 2010 e 2020, PIB nacional registra pior desempenho da história econômica brasileira

Comércio exterior

Balança Comercial tem superávit em 2021; ABC registra aumento nas importações e exportações

Mercado de trabalho

Nível de desemprego se mantém em queda, mas rendimento médio continua em retração

Atividade econômica

Novas projeções do Relatório Focus diminuem expectativa de crescimento do PIB para este ano

Inflação deve continuar

Apesar dos aumentos na SELIC, alta de preços aos produtores e consumidores persistirá nos próximos meses



PREFEITURA DE
SANTO ANDRÉ

EXPEDIENTE

PREFEITURA DE SANTO ANDRÉ

Paulo Serra – Prefeito

Luiz Zacarias – Vice-prefeito

UNIDADE DE PLANEJAMENTO E ASSUNTOS ESTRATÉGICOS - UPAE

José Police Neto - Superintendente

Mario Matiello - Diretor

Marília Camargo - Diretora

Reinaldo Bascchera - Diretor

Giácomo Borges - Ger. de Planej. e Proj. Urbanos

Valéria Delaguardia - Ger. de Inf. ao Planej.

Daniel da Luz - Ger. de Leg. e Pol. Urbanística

Ronaldo Ávila de Paula - Ger. de Ind. Sociais e Ec.

Sandro Renato Maskio - Economista

Katia Oyakawa - Engenheira

Cintia Pessolato Efraim - Arquiteta

Eduardo Andreatta - Arquiteto

Rafael Cruz - Arquiteto

Cristina Pegurer - Arquiteta

Tiago Gomes - Arquiteto

Silvana Gimenes - Socióloga

Maria Aparecida Benetti - Asses. de Governo

Ana Paula Lepori - Asses. de Diretoria

Diego Cabral - Asses. de Departamento

Ana Paula Malveze - Asses. de Departamento

Daniel Buissa - Coordenador Técnico

Renan Santiago - Assist. de Diretoria

Thiago Rocha - Assist. de Diretoria

Celso Silva - Assist. de Diretoria

Marli de Souza - Assist. Administrativo

Claudia Vaz - Assist. de Departamento

Paula Canassa - Enc. de Acomp. de Proj.

Andreia Gusmão - Enc. de Planej. Urb.

Fernanda França - Enc. de Instr. Urban.

Daniela Rosas - Enc. de Gestão de Projetos

Andreia Gusmão - Enc. de Planej. Urb.

Regina Shizue - Enc. de Inf. ao Planej.

Regina Nakamatsu - Enc. de Acervo Técnico

Debora Stefanelli - Enc. de Diretrizes Urb.

Bianca Nogueira - Ag. de Des. Infantil

Angelita Menezes - Prof. Ed. Inf. e Ens. Fund.

Fernanda Donegá - Estagiária

COORDENAÇÃO DO BOLETIM ECONÔMICO

Sandro Renato Maskio

Gerência de Indicadores Sociais e Econômicos



PREFEITURA DE
SANTO ANDRÉ

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	UMA DÉCADA DE DESEMPENHO PARA ESQUECER (E APRENDER).....	6
3	COMÉRCIO EXTERIOR.....	12
	FLUXO DE COMÉRCIO EXTERIOR DE 2021 SE AMPLIOU FRENTE AOS ANOS ANTERIORES.....	12
4	MERCADO DE TRABALHO.....	16
	MELHORA NO VOLUME DE EMPREGO AINDA NÃO TROUXE MELHORA NA RENDA.....	16
5	ATIVIDADE ECONÔMICA.....	18
	INCERTEZAS SOBRE O RITMO DE RETOMADA.....	18
	INFLAÇÃO DE OFERTA IMPÕE DESAFIOS À POLÍTICA ECONÔMICA.....	20
6	INDICADORES.....	24
	BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO.....	24
	GRANDE ABC E SANTO ANDRÉ.....	25
	COMÉRCIO EXTERIOR.....	25
	MERCADO FORMAL DE TRABALHO.....	25

1. INTRODUÇÃO

A edição de número três do Boletim Econômico enfatiza, em sua matéria introdutória, o desempenho da economia brasileira ao longo da última década, assim como o desempenho da economia local. É essencial compreender a trajetória econômica com a finalidade de elucidar suas principais alterações estruturais, e que ajudam a entender diversas condições que são enfrentadas no curto prazo, a partir de uma avaliação mais rica.

No recorte nacional, o desempenho da economia na última década é o pior registrado desde o início do século passado. Isto ajuda a explicar a tímida trajetória de geração de renda agregada, as dificuldades para redução da taxa de desocupação e subutilização da mão de obra, a informalidade estrutural no mercado de trabalho, a ampliação dos indicadores de pobreza nos últimos anos, entre outros fatores.

Na mesma direção, o desempenho da economia do Grande ABC sofreu uma retração superior à observada na década de 1990, apontada, não sem razão, como o período de forte mudança na dinâmica e na estrutura setorial da economia local. Como resultado mais direto, a região registrou significativa redução de renda per capita, que se traduz na perda de qualidade de vida.

Observando o contexto atual, após o choque provocado pela pandemia no ano de 2020, a atividade econômica demonstrou sinais de retomada em 2021, o que pode ser verificado nos dados de comércio exterior, produção física industrial, volume de comércio e de serviços. Contudo, apesar da melhora do desempenho da economia, que deve computar um crescimento próximo a 5% em 2021, a expectativa do mercado para o ano de 2022 recuou com muita intensidade nos últimos seis meses. Na primeira semana de fevereiro a projeção registrada no relatório Focus do Banco Central era de apenas 0,3% de crescimento para este ano.

O mercado de trabalho apresentou indicadores de melhora na geração de emprego e redução da taxa de desocupação nos diferentes recortes espaciais analisados. Entretanto, a ampliação do número de trabalhadores ocupados e da geração de postos formais de trabalho não se refletiu na melhora do rendimento médio e nem da massa de renda paga aos trabalhadores. Em se confirmando um desempenho econômico mais morno da economia em 2022, o ritmo de aquecimento do mercado de trabalho e dos indicadores a estes associados também arrefecerão.

Soma-se a este contexto e elevação dos preços, puxada pelos itens que compõem em especial os custos dos fatores de produção, como insumos industriais importados, energia elétrica e combustível, caracterizando uma inflação de oferta. Além de reduzir o poder de compra da renda, já afetada pela lenta retomada da atividade econômica, a inflação também diminui o grau de confiança dos agentes no ambiente econômico, abalada pelas incertezas em torno da disputa eleitoral que se aproxima.

Boa leitura!

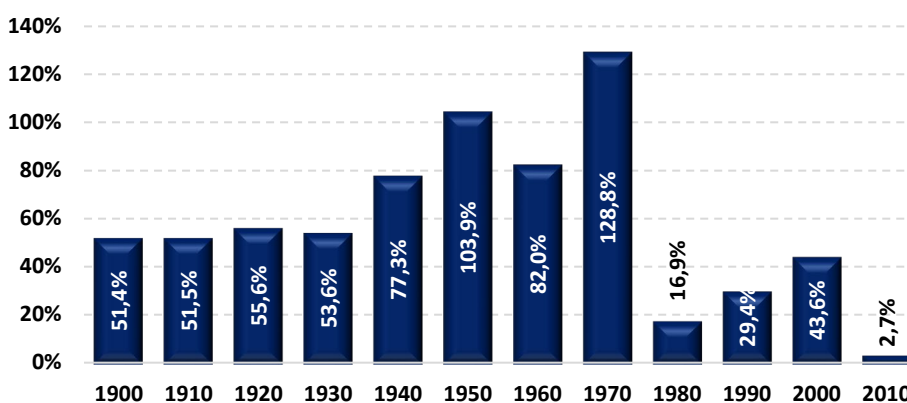
2. UMA DÉCADA DE DESEMPENHO PARA ESQUECER (E APRENDER)

No último mês de dezembro, foi divulgado o PIB dos municípios brasileiros para o ano de 2019. Antes de avaliar os resultados das economias municipais do GABC, é importante levar em consideração que economia brasileira registrou crescimento de 14,9% no decênio entre 2009 e 2019, considerando os ajustes sazonais. Isto se traduz em um crescimento médio de cerca de 1,4% ao ano, representando um desempenho mais tímido que o registrado na década de 1980, que ficou conhecida na história econômica como a “década perdida”.

No plano nacional, se considerado o período entre 2010 e 2020, incorporando os efeitos da pandemia neste último ano, a economia brasileira apresentou um crescimento acumulado de apenas 2,36% com os ajustes sazonais.

Em uma avaliação estática, comparando o início e o final de cada década, é como se a estrutura produtiva e os recursos de produção empregados no período tivessem trabalho por dez anos, e como resultado a expansão da geração de riqueza agregada praticamente não saísse do lugar. Esta foi a pior década de desempenho na história econômica registrada do Brasil.

Crescimento Decenal da Economia Brasileira
(em % acumulado)



Fonte: Contas Nacionais do IBGE. Elaborado pela equipe da GISE / DDP / UP

Voltando ao decênio entre 2009 e 2019, que permite a comparação com municípios, enquanto a economia brasileira aumentou 14,9%, a paulista cresceu 10,7%. Já a Região

Metropolitana de São Paulo (RMSP) subiu 5,2%. Contudo, o PIB do GABC apresentou uma retração de 16,5% no mesmo intervalo.

Desempenho Setorial do PIB Municipal entre 2009 e 2019						
	Agropec.	Indústria	Serviços	% PIB	% PIB per Capita	PIB Per Capita 2019
Diadema	71,4%	-33,4%	0,7%	-13,7%	-17,8%	R\$ 37.986,2
Mauá	-98,4%	-6,0%	25,0%	9,0%	-1,6%	R\$ 35.705,9
Ribeirão Pires	-48,1%	-13,8%	29,4%	16,3%	10,3%	R\$ 26.563,1
Rio Gr. Serra	-4,3%	-57,0%	55,1%	13,6%	0%	R\$ 14.645,4
Santo André	52,8%	-7,7%	10,0%	2,0%	-0,8%	R\$ 43.829,5
S.B.C	48,3%	-52,0%	8,3%	-21,9%	-26,6%	R\$ 63.208,1
S.C.S	35,4%	-69,8%	-11,3%	-45,8%	-46,9%	R\$ 90.698,1
GABC	6,4%	-41,2%	7,4%	-16,5%	-21,1%	R\$ 48.758,6
RMSP	32,3%	-30,7%	16,2%	5,2%	-2,4%	R\$ 59.802,4
Estado SP	-25,5%	-13,6%	22,4%	10,7%	2,0%	R\$ 52.992,0
Brasil	38,5%	2,54%	16,1%	14,9%	5,6%	R\$ 35.161,7

Fonte: SEADE e Contas Nacionais do IBGE. Elaborado pela equipe da GISE / DDP / UPAE. Dados deflacionados pelo deflator interno do PIB Paulista, exceto para o PIB do Brasil, deflacionado pelo deflator do PIB do Brasil .

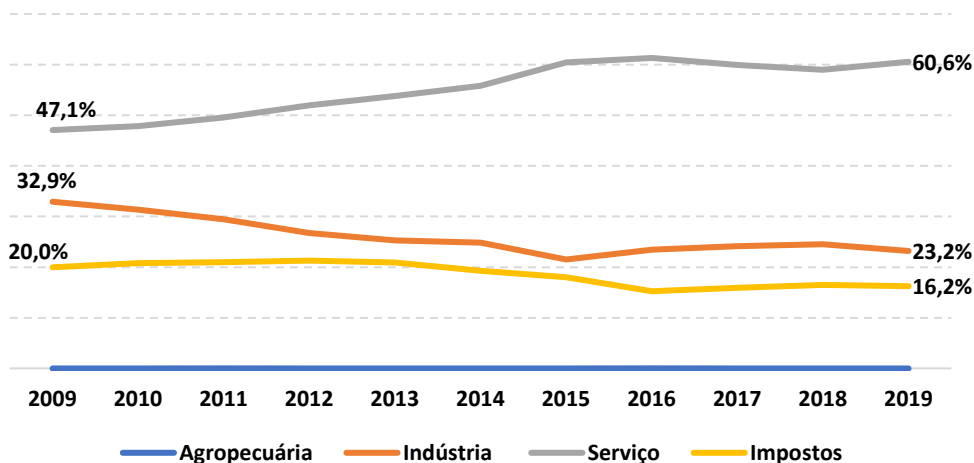
O desempenho negativo apresentado pela região do GABC foi determinado pela retração do PIB industrial, que encolheu 41,2% no decênio. Este desempenho setorial negativo, por sua vez, foi influenciado especialmente pelo encolhimento do PIB industrial nos municípios de São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema. Não por coincidência, estes municípios também apresentaram as maiores retrações do PIB no período.

No agregado, a região do Grande ABC apresentou considerável deterioração da atividade econômica. O desempenho setorial significativamente diferenciado ao longo do decênio revela que a economia do Grande ABC registrou uma transformação na sua composição setorial, aprofundando um movimento que vem ocorrendo ao menos desde a década de 1990.

O setor agropecuário representou menos de 0,01% do PIB regional, considerando a média do período analisado. O setor de serviços saltou pouco mais de 13 pontos percentuais

na composição da economia regional, respondendo por 60,6% do PIB em 2019. Com uma trajetória contrária a esta, o setor industrial perdeu quase 10 pontos percentuais na composição do PIB regional no período de 10 anos.

Transformação na Composição Setorial PIB GABC

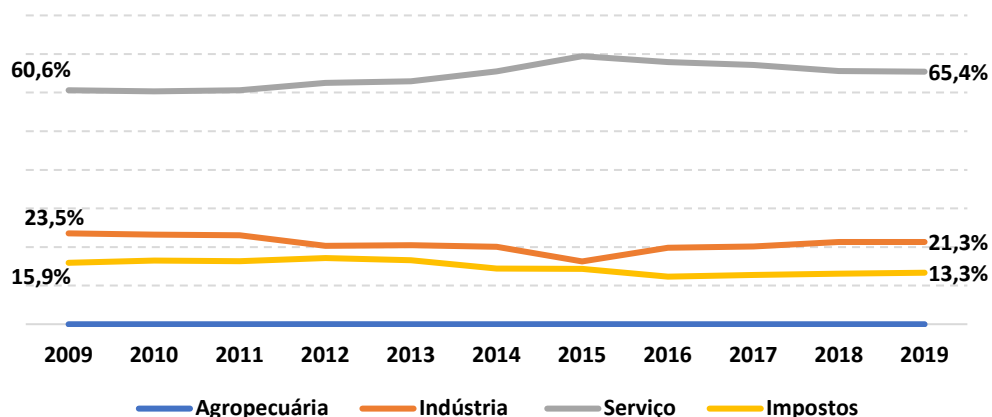


Fonte: SEADE. Elaborado pela equipe da GISE / DDPU / UP AE.

Do ponto de vista dos dados agregados, pode-se apontar uma trajetória de desindustrialização se se considerar como conceito deste fenômeno a perda da atividade industrial direta na composição da atividade econômica. Algumas das explicações para este fenômeno buscam incorporar os efeitos da ampliação da demanda por serviços industriais gerados pela reorganização da cadeia produtiva, os efeitos sobre o mercado de trabalho e suas mudanças setoriais, entre outros.

Em uma avaliação cuidadosa, há alguns elementos que precisam ser considerados. O primeiro deles se refere à perda de peso da atividade industrial na economia brasileira, que vem ocorrendo desde meados da década de 1980. Outro ponto diz respeito à perda de participação dos bens manufaturados (industrializados) no PIB mundial nas últimas décadas, que está atrelado não só à reorganização das cadeias de manufatura produtiva, como também à mudança nos padrões de consumo. Por fim, o efeito da concentração industrial na Ásia a partir do fim da década de 1970 – que inicialmente conseguiu fornecer condições para a recomposição dos lucros dos grandes oligopólios internacionais após os I e II Choques do Petróleo –, e que nas décadas mais recentes tem conseguido inserir cada vez mais o continente como importante desenvolvedor de tecnologias e inovações.

Transformação na Composição Setorial PIB Santo André



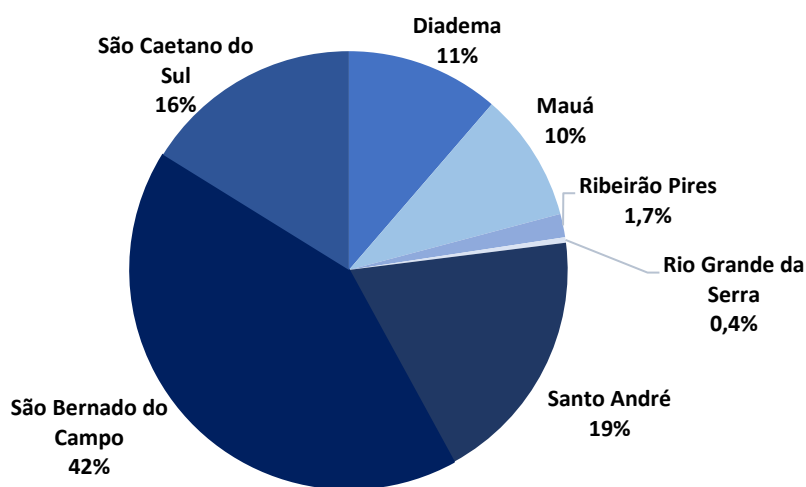
Fonte: SEADE. Elaborado pela equipe da GISE / DDP / UPAAE.

O município de Santo André, contudo, não registrou significativas alterações setoriais no decênio 2009/2019. Isso porque, entre 1990 e 2010 especialmente, a cadeia produtiva local foi fortemente impactada pelos efeitos da abertura econômica. Em 1999, o setor industrial era responsável por aproximadamente 33% do PIB do município e o setor de serviços por cerca de 51%. Em 2009, estes percentuais foram de 23% e 60%, respectivamente.

Ao longo do período 2009/2019, como visto anteriormente, o setor industrial foi duramente impactado. Como a participação da indústria em Santo André era mais tímida que no agregado do Grande ABC no começo da década de 2010, esta última apresentou não só um desempenho econômico mais desfavorável que o município de Santo André, como também sofreu um efeito de recomposição setorial mais significativo no decênio. Outra evidência deste fato está na recomposição da participação dos municípios no PIB regional quando se comparam os anos extremos do período analisado.

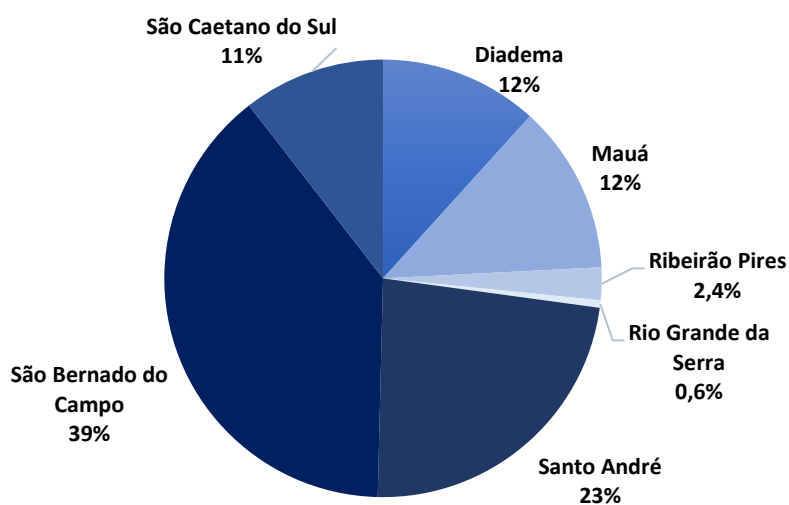
Em 2009, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema respondiam por aproximadamente 69% do PIB do Grande ABC. Passados 10 anos, em 2019, os três municípios responderam por 62% do PIB regional. Estes foram os três municípios que apresentaram retração no decênio 2009/2019, impactados especialmente pelo comportamento do setor industrial.

2009



Fonte: SEADE. Elaborado pela equipe da GISE / DDP / UPAE.

2019



Fonte: SEADE. Elaborado pela equipe da GISE / DDP / UPAE.

Santo André, a segunda maior economia do GABC, foi o município que apresentou a maior ampliação na participação do PIB regional, de quatro pontos percentuais aproximadamente. Em 2019, a economia andreense se mostrou responsável por cerca de 23% da economia do Grande ABC.

Entretanto, é fundamental observar que, no conjunto, a economia do Grande ABC foi duramente impactada no período analisado. Os municípios de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra, em contraponto, apresentaram as maiores taxas de crescimento. Porém, trouxeram um efeito limitado à economia regional, dado que juntos representavam apenas 15% do PIB da região em 2019.

Como consequência nítida desta década de baixo desempenho econômico está a queda da renda per capita entre 2009 e 2019, com exceção de Rio Grande da Serra e Ribeirão Pires. O período também registrou impactos negativos no mercado formal de trabalho. Segundo dados da Relação Anual e Informações Sociais (RAIS), entre 2009 e 2019, o GABC reduziu o número de empregados formais, com queda na massa de salários pagos e do salário médio, ambos deflacionados pelo IPCA.

O município de Santo André, que apresentou uma queda de 0,8% do PIB per capita no período, foi um dos únicos que não registrou queda no número de trabalhadores formais, assim como Rio Grande da Serra, e nem no total da massa de salários do mercado formal de trabalho, tal como Ribeirão Pires. Entretanto, assim como todos os demais municípios da região, Santo André também registrou redução do rendimento médio real recebido pelos trabalhadores.

Entretanto, o ano de 2020 revelou acentuada elevação da taxa de desemprego e queda dos empregos formais, inclusive nos municípios locais. Empregos estes que foram, ao menos no agregado, recuperados ao longo do ano de 2021, como se verá no subitem referente ao mercado de trabalho.

Quanto ao comportamento do PIB dos municípios locais no ano de 2020, que deverão ser publicados em dezembro deste ano, as evidências apontam para uma significativa taxa de retração da atividade econômica, provocada pelos impactos da pandemia na atividade econômica regional.

deve registrar desaceleração do fluxo de comércio internacional, motivado pelos atrasos frequentes na cadeia de suprimentos globais, entre outros fatores.

Ao longo do ano de 2021, o volume de exportações brasileiras somou US\$ 280 bilhões (FOB), 34,2% a mais que em 2020. Entretanto, a quantidade exportada em quilos aumentou apenas 0,42%, somando 700,3 bilhões de kg. Comparativamente a 2020, o preço médio do Kg exportado aumentou US\$ 0,3 para US\$ 0,4 em 2021, aumento de 33,6%. Do lado das importações brasileiras, 2021 computou um total de US\$ 219 bilhões (FOB), 38,2% superior a 2020. A quantidade importada aumentou 23,9%, acumulando um total de 178,4 bilhões de kg. O preço do quilo importado aumentou de US\$ 1,10 para US\$ 1,23 por quilo na comparação entre 2020 e 2021, ou 11,5%.

Com isso, a corrente de comércio exterior movimentou US\$ 500 bilhões (FOB) e 878,7 bilhões de quilos. Respectivamente, 35,9% e 4,4% superiores em relação a 2020. Este registrou exportações da ordem de US\$ 209 bilhões e importações de US\$ 158 bilhões, 5,4% e 14,6% menores que em 2019, que já havia registrado uma redução de 2,4% na corrente de comércio exterior em relação a 2018.

A Balança Comercial brasileira apresentou um superávit de US\$ 61 bilhões (FOB) no ano de 2021, 21,5% maior que o observado no ano anterior. Em sua composição, as transações com bens intermediários geraram superávit de US\$ 50,9 bilhões (FOB), seguido das transações com combustíveis e lubrificantes e com bens de capital, que apresentaram, respectivamente, superávits de US\$ 11,7 bilhões (FOB) e de US\$ 10,2 bilhões (FOB). Na outra ponta, as transações com bens de consumo e com bens não especificados geraram déficits de US\$ 11,4 bilhões (FOB) e US\$ 79,8 milhões (FOB).

No ano de 2021 o Grande ABC registrou uma corrente de comércio exterior de US\$ 9,53 bilhões (FOB), 39,8% maior que em 2020 e 18,6% maior que em 2019. As exportações aumentaram 36,8%, somando US\$ 4,51 bilhões (FOB), e as importações ampliaram 42,6%, acumulando US\$ 5,02 bilhões (FOB). Dada a ampliação mais intensa das importações, o déficit comercial aumentou de US\$ 229,3 milhões (FOB) em 2020 para US\$ 515,3 milhões (FOB) em 2021.

A ampliação das exportações foi puxada pelos bens de capital (+45%) e pelos bens intermediários (+30%), com destaque neste grupo para os insumos industriais básicos

(+129%). No grupo dos bens de consumo (+23%), destacaram-se os equipamentos de transporte não industriais (+176%).

Do outro lado da Balança Comercial, o aumento das importações foi impulsionado pelos bens de capital (+55%), com distinção dos equipamentos de transporte industriais (+2.184%) e dos bens intermediários (+43%). Os equipamentos de transporte não industriais (+105%) demonstraram comportamento bastante distinto no grupo de bens de consumo (+2,73%).

Somente a comercialização de bens intermediários registrou déficit de US\$ 1,58 bilhão (FOB), composto especialmente por insumos industriais elaborados e peças para equipamentos de transporte. Em 2020, o comércio exterior de bens intermediários apresentou déficit 40% menor que em 2021. Embora possa parecer contraditório, a ampliação do déficit da Balança Comercial, puxada especialmente pelos bens intermediários, sugere a retomada da atividade produtiva da região, que nas últimas décadas tem se tornado importadora de insumos e componentes.

A economia andreense registrou uma corrente de comércio de US\$ 1,054 bilhão (FOB), 46,2% maior que no ano passado.

A exportações somaram US\$ 487,1 milhões (FOB), crescimento de cerca de 35% frente a 2020. Com expansão de 30%, as exportações de bens intermediários somaram US\$ 452 milhões (FOB), respondendo por cerca de 93% das exportações. Somente as exportações de peças e equipamentos de transporte somados aos insumos industriais elaborados responderam por 83% das exportações.

Do outro lado, as importações somaram US\$ 567 milhões (FOB), constituindo acréscimo de 56,7% em relação a 2020. As importações de bens intermediários ampliaram 60%, somando US\$ 491 milhões (FOB) em 2021, 86% do total das exportações. Apenas as importações de insumos industriais básicos e os elaborados, pertencentes a esse grupo, responderam por 76% das importações.

Esta composição bastante concentrada da pauta de comércio exterior do município em bens intermediários sugere que a estrutura produtiva industrial andreense é bastante concentrada neste segmento, diferente do agregado do Grande ABC, no qual a participação dos bens de capital, especialmente nas exportações, se aproxima de 50%.

Como resultado dos fluxos de exportação e importação, o déficit da Balança Comercial do município de Santo André foi de US\$ 515 milhões (FOB) em 2021, 125% maior que em 2020. A comercialização de bens intermediários acumulou um déficit de US\$ 1,5 bilhão (FOB) e de bens de capital um superávit de US\$ 1,13 bilhão (FOB) no ano.

Os preços dos insumos no mercado internacional ainda continuam a pressionar os custos das importações e a dificultar a retomada das atividades econômicas dependentes destas, somados à desvalorização do real frente ao dólar, que também exerce pressão no mesmo sentido.

Em janeiro de 2022 a Balança Comercial brasileira apresentou déficit de US\$ 214,3 milhões. No plano regional, o Grande ABC apresentou déficit de R\$ 7,1 milhões, 90% menor que em janeiro de 2021. No município de Santo André, o déficit comercial no mês foi de R\$ 7,7 milhões, 42% maior que o mesmo período do ano anterior.

A trajetória do fluxo de comércio internacional neste ano deverá sofrer com efeitos da desorganização logística da cadeia produtiva, que se reflete sobre os preços e a atividade econômica global, segundo avaliação da UNCTAD. No plano nacional, há muitas incertezas atreladas ao ambiente político e à condução da política econômica, que parece focada no combate à inflação. Estas incertezas levaram as projeções de crescimento econômico para 2022, realizadas pelos *players* do mercado, a diminuir de cerca de 2% para menos de 0,5% no intervalo dos últimos quatro meses, conforme registrado nos relatórios Focus divulgados semanalmente pelo Banco Central.

É preciso acompanhar os desdobramentos e a trajetória da atividade econômica externa e interna para se compreender seus efeitos, especialmente sobre a região do Grande ABC e Santo André.

4. MERCADO DE TRABALHO

4.1 MELHORA NO VOLUME DE EMPREGO AINDA NÃO TROUXE MELHORA NA RENDA

A Pesquisa de Amostra a Domicílio Contínua (PNADC) trimestral apurou uma taxa de desocupação de 12,6% no terceiro trimestre de 2021 no plano nacional, dando sequência à trajetória de redução dos trimestres anteriores. Após ter registrado 14,9% no primeiro trimestre do ano passado, ao que tudo indica, esta tendência de redução deve continuar, pois, no trimestre entre setembro e novembro de 2021, a PNAD mensal apontou taxa de desocupação de 11,6%.

Contudo, o rendimento médio real, descontada a inflação, foi de R\$ 2.444 no trimestre encerrado no último mês de novembro. Este rendimento é 13,6% menor que o registrado no trimestre maio julho de 2020, quando a PNAC mensal começou a apontar a retração do rendimento médio, que ainda persiste. Comparando com o mesmo período, a massa de salários pagos diminuiu 0,73% em termos reais. Contudo, a massa de rendimento vem diminuindo desde o trimestre encerrado em novembro de 2019, tendo reduzido 8,43% desde então.

No Estado de São Paulo, a PNADC trimestral também apontou um recuo na taxa de desocupação para 13,4% da força de trabalho no terceiro trimestre de 2021 ante 15,4% em igual período de 2020. De forma semelhante, contudo, o rendimento médio e a massa de salários também continuam diminuindo, apesar do pequeno alívio na taxa de desocupação.

Entre os fatores que explicam o porquê do rendimento médio ainda apresentar uma trajetória descendente estão o lento ritmo de recuperação da atividade econômica, o que alimenta a insegurança dos empregadores para o horizonte de médio e longo prazos; a elevação nos últimos trimestres do contingente de desempregados, o que levou a uma ampliação do número de indivíduos ofertando trabalho; a constatação de que nos momentos de retração da atividade os empregadores acabam optando por abrir mão dos trabalhadores com maiores salários, o que empurra o cálculo do rendimento médio para baixo; e, por fim, a observação histórica de que a recuperação no mercado de trabalho sempre é mais lenta que a atividade produtiva após os ciclos recessivos.

Entretanto, é importante observar que os dados da PNADC trimestral apontaram redução da taxa combinada de subutilização da força de trabalho de 30,4% para 26,5% da força de trabalho brasileira e de 26,8% para 23,9% no Estado de São Paulo. A taxa de informalidade recuou de 38,3% para 35,6% no plano nacional, apesar da elevação de 28,5% para 30% no estado paulista, entre o terceiro trimestre de 2020 e de 2021.

Observando especificamente o mercado formal de trabalho, em 2021, o Estado de São Paulo acumulou saldo positivo de 814.035 postos formais de trabalho, regidos pela CLT. Para efeito de comparação, em 2020, após a revisão dos dados realizada pelo Ministério da Economia, o Estado de São Paulo perdeu 104.570 vínculos formais de trabalho. Seguindo o mesmo parâmetro, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) registrou perda de 72.321 empregos formais em 2020. Ao longo de 2021, no entanto, a região gerou 481.479 empregos formais.

O Grande ABC ao longo de 2021 também conseguiu recuperar o volume de empregos formais perdidos em 2020. No ano passado, a região registrou saldo positivo de 37.014 postos de trabalho, ante a perda de 17.579 postos em 2020, de acordo com as estatísticas do CAGED. No somatório dos saldos destes dois anos, os setores de serviços, comércio e construção civil geraram saldo positivo de 21.123 postos, enquanto a indústria perdeu 1.692. Apesar do saldo positivo no agregado, isso não significa que a massa de salários pagos também tenha se recuperado na região, e nem o salário médio.

Em Santo André, o ano de 2021 registrou a geração de 8.557 postos formais de trabalho, compondo um saldo positivo no biênio 2020/2021 de 2.885 postos. Os setores de comércio e serviços foram os que mais perderam postos em 2020 foram os que mais recuperaram em 2021, somando saldos positivos no biênio de 581 e 145 postos de trabalho respectivamente. O setor de construção civil, ao apresentar saldo positivo em 2020 e em 2021 acumulou um montante de 2.463 novos postos formais de trabalho no intervalo entre estes dois anos. A indústria de transformação, contudo, no mesmo biênio, registra perda de 305 postos.

A melhora dos indicadores de emprego está diretamente correlacionada com o desempenho da economia. Contudo, se o ritmo de recuperação da atividade econômica desacelerar, a recuperação do mercado também será negativamente impactada.

5. ATIVIDADE ECONÔMICA

5.1 INCERTEZAS SOBRE O RITMO DE RETOMADA

O fechamento dos resultados do terceiro trimestre de 2021 pelo IBGE revelou um crescimento acumulado de 5,7% no ano. Especificamente o terceiro trimestre registrou um crescimento de 4% comparado a igual período de 2020, bastante inferior aos 12,3% observados no segundo trimestre. Esse desempenho é em parte explicado pelo fato do segundo trimestre de 2020 ter sido o período mais impactado pela pandemia.

Com esta redução na taxa de crescimento trimestral, a taxa de expansão do PIB acumulada em quatro trimestres reduziu de 6,5% para 5,7% entre o final do segundo e do terceiro trimestres. A expectativa é que, com o fechamento dos dados do último trimestre do ano, o PIB apresente uma taxa de crescimento acumulada próximo a 5% em 2021. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR) estimou uma taxa de crescimento de 4,3% para o ano de 2021.

As expectativas sobre o desempenho do PIB para este ano, contudo, apresentaram forte recuo. Em agosto do ano passado, a expectativa dos analistas de mercado, divulgada pelo relatório Focus do Banco Central, era de crescimento em torno de 2%. Nas primeiras semanas de fevereiro em 2022, as projeções apontam para um crescimento de 0,3%.

No Estado de São Paulo, as estimativas realizadas pelo SEADE para o comportamento do PIB mensal também demonstram desaceleração na taxa acumulada em 12 meses após o mês de junho de 2021, registrando 6,6% no mês de novembro. As variações trimestrais destas projeções registraram queda de 12,7% no segundo trimestre para cerca de 6% no terceiro trimestre. Os últimos dados divulgados apontam que no bimestre outubro/novembro a variação foi mais tímida, de apenas 1,35% em comparação a iguais períodos do ano passado.

Com relação às estimativas regionalizadas, o SEADE também apurou desaceleração no ritmo de crescimento do PIB da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no terceiro trimestre. Não se pode deixar de observar, no entanto, que a variação observada no segundo trimestre é fruto da comparação com forte retração no segundo trimestre de 2020.

Observando a taxa acumulada em 2021 até o final de setembro, o crescimento estimado é de 7,3%.

A trajetória de arrecadação do ICMS em São Paulo aumentou 17,3% no acumulado até novembro de 2021, comparado a igual período de 2020, deflacionado pelo IPCA. Contudo, cabe ressaltar que no período de agosto a novembro a taxa de crescimento foi 3,4 pontos percentuais inferiores ao acumulado no ano. O que aponta para a desaceleração no segundo semestre do ano. Evidência que reforça a trajetória de desaceleração da atividade econômica no segundo semestre.

No Grande ABC, até o mês de novembro 2021, a arrecadação de ICMS registrou alta de 23,3% ante a variação acumulada de 35,9% no primeiro semestre. Esta redução foi observada em todos os municípios da região, com exceção de São Caetano do Sul. No último mês de novembro, a arrecadação de ICMS reduziu 0,9% na região, influenciada especialmente pelos municípios de São Bernardo do Campo, Diadema e Mauá.

Entre os municípios que apresentaram maior acréscimo de arrecadação entre janeiro e novembro estão Santo André (+39,9%) e São Caetano do Sul (+36,7%).

No município andreense, nos doze meses de 2021, a arrecadação de ISS, exceto construção civil, acumulou alta de 8,4%. Diferentemente do observado com o ICMS, houve forte aceleração da arrecadação no segundo semestre, que apresentou alta de cerca de 15% em relação a igual período de 2020.

Os dados sobre a trajetória do PIB, em seus diversos recortes, e da arrecadação tributária regional corroboram com as perspectivas de desaceleração do ritmo de retomada da atividade econômica apontadas no Boletim anterior. Dada a ampliação da arrecadação de ISS em Santo André, este pode trazer alguma grata surpresa.

O que mais chama atenção e deve ser acompanhado ao longo de 2021 é a forte queda das expectativas de desempenho da economia brasileira no ano de 2022. Uma das questões bastante debatidas nos últimos tempos no campo da economia tem sido justamente as correlações entre o comportamento do nível de confiança e das expectativas, especialmente por parte dos tomadores de decisão produtiva, sobre o desempenho efetivo da atividade econômica.

5.2. INFLAÇÃO DE OFERTA IMPÕE DESAFIOS À POLÍTICA ECONÔMICA

O ano de 2021 fechou com uma inflação acumulada de 10,06% no país, segundo o IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), apurado pelo IBGE, quase o dobro do limite superior da meta de inflação perseguida pelo Banco Central. Isso ajuda a compreender os recentes aumentos da meta para a taxa básica de juros (SELIC) pelo Banco Central, que pulou de 2% a.a. em fevereiro de 2021, para 5,25% a.a. em setembro do mesmo ano, e para 10,75% a.a. em fevereiro de 2022. A expectativa é que o aumento da taxa de juros amplie o custo do crédito, diminua o volume de consumo e investimento, e assim reduza o montante de demanda agregada, aliviando a pressão sobre os preços. Contudo, cabe frisar que há diversos fatores externos de pressão sobre os preços.

O atual cenário aponta à existência de inflação de oferta como causa predominante do desequilíbrio entre oferta e demanda no mercado externo, cujos efeitos se transbordam no mercado nacional.

Nesta linha, a inflação dos insumos de produção, segundo registrado pelo IPP (Índice de Preços aos Produtores), apurado pelo IBGE, acumulou 28,39% em 2021, impulsionada pela elevação dos preços dos insumos de produção, bem como dos combustíveis. A este se somam os efeitos da estiagem no mercado local, que têm impactado o preço da energia elétrica com seus efeitos encadeados, bem como os preços do setor agropecuário, também afetados pelas condições externas.

Índice de Preços ao Produtor (% no ano)				
	Indústria geral	Bens de capital	Bens intermed.	Bens de consumo
2019	5,19	5,97	2,87	8,39
2020	19,38	16,15	24,41	13,12
2021	28,39	21,08	35,15	20,41

Fonte: Índice de Preços ao Produtor - IBGE

O reflexo desta inflação aos produtores sobre a inflação aos consumidores deverá ocorrer nos meses seguintes, tendo em vista que esta variação de custos do processo de produção tenderá a ser repassada aos preços finais dos produtos, ainda que de forma gradativa.

Pode-se inferir de início que a inflação ao consumidor, que acumulou 10,06% em 2021, não deverá arrefecer com facilidade.

Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) 2021		
	Brasil	RMSP
Índice geral	10,06	9,59
1.Alimentação e bebidas	7,94	8,05
2.Habituação	13,05	13,31
Combustíveis e energia	24,36	27,72
Combustíveis (domésticos)	35,99	34,73
Gás de botijão	36,99	38,03
Energia elétrica residencial	21,21	25,83
3.Artigos de residência	12,07	11,93
4.Vestuário	10,31	12,72
5.Transportes	21,03	19,03
Combustíveis (veículos)	49,02	47,5
Gasolina	47,49	42,82
Etanol	62,23	63,7
Óleo diesel	46,04	41,42
6.Saúde e cuidados pessoais	3,7	3,45
7.Despesas pessoais	4,73	4,76
8.Educação	2,81	1,75
9.Comunicação	1,38	1,45

Fonte: Índice de Preços ao Consumidor Amplo / IBGE

A tabela acima detalha a composição da inflação ao consumidor no ano de 2021, a maior dos últimos seis anos. Na RMSP, o índice agregado se mostrou um pouco mais contido que no plano nacional.

Um primeiro ponto importante é observar que os itens com menor variação foram os associados especialmente à prestação de serviços, que sofrem menor influência direta dos preços externos, como saúde, despesas pessoais, educação e comunicação.

Em seguida, aparecem o grupo alimentação e bebidas, com variação de 7,94%, significativamente inferior à variação de 14,09% observada em 2020 no plano nacional. Embora o Brasil seja um dos maiores produtores agropecuários do mundo, o setor sofre impacto dos preços externos, tanto relacionados à importação de insumos, como aos preços dos itens agropecuários de exportação.

No grupo dos itens de Habitação, que registrou a segunda maior variação entre os nove grupos que compõe o IPCA, os itens que mais ampliaram os preços foram as fontes de energia, como o gás e a energia elétrica.

Entretanto, com os sequenciais aumentos dos preços dos combustíveis, o grupo de Transporte apresentou variação média de 21,03% no ano. Chama atenção a variação dos preços do óleo diesel (46,04%), da gasolina (47,49%) e do etanol (62,23%). A variação dos preços deste grupo, além de impactar diretamente a renda do consumidor, também ampliam os custos de produção dos diferentes setores da economia, que se refletirão nos preços finais dos diferentes setores, impactando, conseqüentemente, na inflação ao consumidor nos períodos futuros.

Mesmo apresentando algumas pequenas dispersões, a composição da inflação na RMSP é semelhante à observada no plano nacional, como verificado na tabela anterior.

Segundo a ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível), na última semana de janeiro, o botijão de gás de 13 Kg de GLP registrou preço médio em torno de R\$ 106,23 no Grande ABC. O menor preço médio foi encontrado em Mauá, R\$ 85, e o maior em Diadema, R\$ 118,5.

O preço médio da gasolina comum registrado no mesmo período na região foi de cerca de R\$ 6,40. As variações dos preços médios entre os municípios do Grande ABC variam de forma ínfima, embora o desvio padrão tenha se ampliado para R\$ 0,26, ante R\$ 0,15 de outubro. O preço médio mais elevado foi encontrado em Santo André, R\$7,39, sendo o mais barato em São Caetano do Sul, R\$ 5,89.

O preço da cesta básica registrado em janeiro de 2021 no Grande ABC, segundo o CRAISA, somou R\$ 1.002,84, um aumento de 13,8% comparado ao preço de janeiro de 2020, de R\$ 881,06. No período, os maiores aumentos individuais foram nos preços do pó de café (+71,4%), molho pronto de tomate (+50%) e sabão em barra (+35%). Entretanto, os produtos cujas variações de preços mais impactaram na ampliação do preço do conjunto da cesta básica regional foram a carne bovina, o café, o papel higiênico e o sabão em barra.

A combinação entre baixo crescimento econômico e nível médio de preços em elevação, a chamada estagflação, impõe um cenário de, na melhor das hipóteses, amortecimento da trajetória do mercado de trabalho. Isso se reflete em menor geração de

oportunidades de trabalho e contração da renda nominal, às quais se soma a redução do poder de compra da renda, corroído pelo aumento dos preços. Sem dúvida, este será um dos principais desafios, se não o principal, da pauta da política econômica e de desenvolvimento nos próximos anos.

6. INDICADORES

6.1 BRASIL E ESTADO DE SÃO PAULO

	Brasil		Estado de São Paulo	
	2020	2021	2020	2021
PIB (% em relação igual período) ¹	-3,9	5,7	0,3	7,8
Produção Industrial (% acum.)	-4,5	3,9	-6,0	5,2
Comércio (% acum.)	-1,4	4,5	-3,2	1,7
Serviço (% acum.) ¹	-7,1	14,1	-6,5	14,0
Inflação (% acum.) ²	4,52	10,06	4,40	9,59
Exportação (US\$ FOB)	209,1 bi	280,8 bi	46,7 bi	57,4 bi
Importação (US\$ FOB)	158,7 bi	219,4 bi	54,14 bi	67,2 bi
Balança Comercial (US\$ FOB)	50,4 bi	61,4 bi	-7,4 bi	-9,7 bi
Taxa Desocupação ⁴	14,2	11,6	14,8	13,4
Saldo Emprego Formal ⁵	-191.455	2.730.597	-104.570	814.035

Fonte: Contas Nacionais Trimestrais / IBGE; Pesquisa Industrial Mensal / IBGE; Pesquisa Mensal do Comércio/ IBGE; Pesquisa Mensal dos Serviços / IBGE; Índice de Preços ao Consumidor Amplo / IBGE; ComexStat / Ministério da Economia; Novo CAGED / Ministério do Trabalho e Previdência.

1 – As variações do PIB para 2021 refere-se ao acumulado no ano até o final do terceiro trimestre, tanto para o Brasil quanto pra São Paulo

2 – A inflação mensurada pelo IPCA compreende o acumulado nos 12 meses de cada ano.

3 – A taxa de desocupação calculada pelo PNAD para o ano de 2020 refere-se ao 4º trimestre do ano, para o Brasil e São Paulo. Para o ano de 2021, o dado para o Brasil refere-se ao trimestre setembro a novembro, e para São Paulo compreende o terceiro trimestre de 2021, considerando os dados disponibilizados pelo IBGE até a finalização deste Boletim.

4 – Dados para o período de janeiro a dezembro de cada ano

6.2 GRANDE ABC E SANTO ANDRÉ

6.2.1 COMÉRCIO EXTERIOR (US\$ FOB)

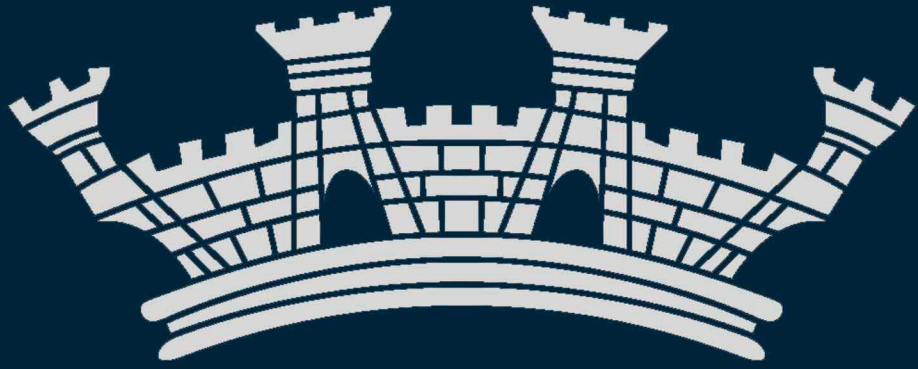
	GABC			Santo André	
	2020	2021	Jan 2022	2020	2021
Exportação	3.296.185.855	4.511.790.917		358.897.063	487.117.502
Bens Capital	1418849129	2064008230		4737935	19661688
Bens de Consumo	156621340	193891225		6990348	7115553
Bens Intermediários	1718301637	2241295475		347156382	452974306
Combustíveis e Lubrificantes	2413749	1846480		12398	70969
Bens não especificados anterior.	0	10749507		0	7294986
Importação	3.525.498.898	5.959.792.662		362.213.387	567.467.033
Bens Capital	598912450	932764770		35872224	43132457
Bens de Consumo	252382179	259282732		14577810	26448992
Bens Intermediários	2667999699	3825908457		307082207	491191245
Combustíveis e Lubrificantes	6170041	8891080		4681146	6694339
Bens não especificados anterior.	34529	932945623		0	0
Saldo Balança Comercial	-229.313.044	-515.330.352		-3.316.324	-80.357.062

Fonte: ComexStat / Ministério da Economia

6.2.2 MERCADO FORMAL DE TRABALHO

	GABC			Santo André		
	2020	2021	Saldo biênio 2021 / 2020	2020	2021	Saldo biênio 2021 / 2020
Saldo de Empregos	-17.579	37.014	19.435	-5.672	8.557	2.885
Agropecuária	-3	7	4	-2	3	1
Comércio	-2.169	9.010	6.841	-1.477	2.058	581
Construção Civil	648	5.848	6.496	985	1.478	2.463
Indústria de Transformação	-7.746	6.054	-1.692	-1.212	907	-305
Serviços	-8.309	16.095	7.786	-3.966	4.111	145

Fonte: CAGED / Ministério da Economia



PAVLISTARVM TERRA MATER